



Conselho
Federal de
Psicologia

1 Aos vinte e três dias do mês de janeiro do ano de dois mil e dezesseis, às oito horas e trinta
2 minutos, no Kubitschek Plaza Hotel, sito no Setor Hospitalar Norte – SHN, Quadra 2,
3 Bloco E, sala Congonhas, Brasília, Distrito Federal, prosseguiu a vigésima sexta sessão
4 plenária do décimo sexto plenário do Conselho Federal de Psicologia. Estavam presentes
5 nessa ocasião os conselheiros: Dorotea Albuquerque Cristo, Jefferson de Souza Bernardes,
6 João Baptista Fortes de Oliveira, Lurdes Perez Oberg, Madge Porto Cruz, Maria da Graça
7 Corrêa Jacques, Mariza Monteiro Borges, Meire Nunes Viana, Nádia Maria Dourado
8 Rocha, Roberto Moraes Cruz, Rogério de Oliveira Silva, Vera Lúcia Morselli, Viviane M.
9 de Azevedo Ribeiro; e os convidados: Ana Maria Jacó Vilela, Aparecida Rosângela
10 Silveira, Barbara de Souza Conte, Carla Andréa Ribeiro; Francisco Mário Pereira Mendes,
11 José Félix Vilanova Barros, Luciana Ferreira Angelo, Marco Aurélio Máximo Prado,
12 Moara de Oliveira Gamba, Paulo Roberto de Camargo, Raquel Guzzo, Semiramis Maria
13 Amorim Vedovatto, Tássio de Oliveira Soares, Valter da Mata e Wadson Arantes Gama.
14 Rogério Oliveira deu início à reunião, a partir do ponto: **1. CONGRESSOS NACIONAL**
15 **E REGIONAIS DE PSICOLOGIA.** Foi realizada breve avaliação sobre a mobilização
16 dos CRPs no engajamento de eventos preparatórios e outras etapas do processo do CNP.
17 Ficou entendido que, apesar de o modelo de conferências estar ultrapassado, ele ainda é
18 vigente no Sistema Conselhos de Psicologia, por isso, é importante que a categoria
19 participe, especialmente por meio de Eventos Preparatórios e Pré-Congressos livres, que
20 representam uma inovação. Foi encaminhado que: 1.1 seja feito um mapeamento para a
21 participação e organização em Eventos Preparatórios e Pré-Coreps livres com possibilidade
22 de financiamento pelo CFP; 1.2 que Carla Ribeiro, Raquel Guzzo e Marco Aurélio façam
23 uma síntese da reunião, que sirva como orientador político para os eventos, que será
24 enviado ao grupo do Plenário; 1.3 que aqueles interessados em realizar ou participar de
25 Eventos Preparatórios Ou Pré-Coreps livres enviem propostas para Rogério de Oliveira até
26 o dia 12 de fevereiro, para preparo de orçamento. **2. PLANEJAMENTO**
27 **ESTRATÉGICO. Política 4: Memória da Psicologia Brasileira. Programa 4.1:**
28 **Memória da Psicologia Brasileira. Programa 4.2: Memória do Conselho Federal de**
29 **Psicologia.** Ana Maria Jacó Vilela informou que há dois livros para publicação, mas que se
30 corre o risco de não publicá-los nesta gestão, haja vista que ainda não há orçamentos de
31 editoras. O Dicionário Pioneiros da Psicologia está em andamento e deve ficar pronto até
32 fevereiro. Contou também a respeito do projeto de realizar um mapeamento mundial sobre
33 universidades e locais que fizeram parte da história da Psicologia. Nádia Maria Dourado
34 Rocha contou sobre as dificuldades para a organização do arquivo do CFP e informou sobre
35 o projeto para o ano de 2016, contando inclusive com a contratação de técnicos em
36 arquivologia. Houve informe sobre um artigo em andamento a respeito do título honorário
37 de Geisel e Médici na Psicologia, mostrando o uso político da Psicologia no país. O artigo
38 foi aceito em uma revista do Paraguai. Nádia Maria Dourado Rocha esclareceu que o título
39 na verdade foi concedido ao Arnaldo Pietro, Ministro do Trabalho, em 1977. Na ocasião,
40 foi concedido título também ao Ministro da Educação. Não se sabe, como foi concedido
41 ainda um título à Geisel, pois não há decisão na Plenária do CRP da Bahia. Foi
42 encaminhado que o CFP dê ampla publicidade a essa informação, que mostra o uso político
43 da autarquia e os equívocos sobre a história da Psicologia. **Política 5: Orientação,**
44 **Fiscalização e Ética. Programa 5.1: Secretaria de Orientação e Ética.** João Baptista

Handwritten notes and signatures on the right margin, including the name "Carla" and other illegible signatures.

Handwritten signatures and initials at the bottom of the page, including a large signature that appears to be "J. B." and another that says "Carla".



Conselho
Federal de
Psicologia

45 informou as ações realizadas no ano passado, incluindo dois encontros nacionais, reuniões
46 dos GT de Conciliação e de Mudanças na Política de Orientação e Ética. A avaliação é
47 positiva sobre o avanço das discussões para mudança do Código de Processamento
48 Disciplinar - CPD, e, futuramente, mudanças no Código de Ética. O projeto para no ano em
49 curso é a finalização desses processos de discussão da legislação profissional. Esclareceu
50 que a discussão sobre CPD continuará aberta, pois ainda precisará de mais debates. Foi
51 destacado que o CFP colocou em dia o julgamento de processos éticos. Nádia Maria
52 Dourado Rocha lembrou que a oficina realizada sobre conciliação foi muito produtiva. O
53 CFP aguardará sugestões até fevereiro para consolidar a proposta de resolução sobre
54 conciliação na próxima APAF. Dorotea Albuquerque Cristo enfatizou que o Encontro de
55 COF foi muito positivo e que o CFP foi parabenizado na ocasião. Contou que a Secretaria
56 tem respondido todas as dúvidas que os CRPs encaminham em relação aos recursos
57 julgados no CFP. Graça Jacques lembrou que o CFP julgou um caso importante, de grande
58 repercussão nacional, que se relaciona com os consultórios de conversão de pessoas
59 homoafetivas. Ela retomou também de um caso de publicações inadequadas por parte de
60 conselheiro do CRP-05 (Rio de Janeiro) em redes sociais, no diálogo que fica disponível na
61 página do CFP durante as APAFs. O CFP solicitou a devida retratação ao presidente do
62 Regional, mas não houve resposta até o momento. O CFP planeja realizar denúncia contra o
63 conselheiro que emitiu os comentários antiéticos. Foi encaminhado que o CFP pense em
64 estratégias, juntamente com a Assessoria de Comunicação, de divulgar como acontecem os
65 julgamentos dos processos éticos, para esclarecer a categoria sobre os procedimentos
66 adotados. A sugestão é que a Comissão de Orientação e Ética produza um artigo e envie
67 para publicação no Jornal do Federal. **Política 6: Gestão e processos da Autarquia.**
68 **Programa 6.1: Capacitação dos Conselhos Regionais de Psicologia – CRPs.** Rogério de
69 Oliveira explicou que o CFP cumpriu a função de capacitar os funcionários dos CRPs para
70 as atividades administrativas. **Programa 6.2: Reestruturação Administrativa.** Graça
71 Jacques esclareceu que não é possível fazer uma reestruturação completa no funcionamento
72 administrativo do CFP, entretanto, foi possível realizar uma atualização do organograma do
73 em 2014. **Programa 6.3: Tecnologia da Informação do CFP.** Rogério de Oliveira contou
74 sobre a evolução das tecnologias usadas pela Assessoria de Comunicação do CFP para
75 diálogo com a categoria. Informou que em breve o CFP fará uso também do *Whatsapp*
76 institucional. Após relatos de dificuldades sobre mídias e imagens trabalhadas pelo CFP, foi
77 encaminhado que Rogério de Oliveira e Marco Aurélio Máximo Prado conversem e
78 elaborem pauta para realizar reunião com a agência de comunicação licitada pelo CFP
79 sobre os temas do planejamento estratégico, para facilitar o desenvolvimento dos próximos
80 trabalhos. Foi encaminhado também que a RádioPsi toque mais músicas nacionais e que se
81 considere uma vertente regional, com músicas autorais de todos os estados. **Programa 6.4**
82 **Cadastro Nacional de Psicólogos – CN.** Rogério de Oliveira informou que há deliberação
83 de APAF para realizar campanha para a atualização do Cadastro Nacional de Psicólogos
84 (as). Foi feito convênio com os Correios para que o endereço do (a) psicólogo (a) no
85 Cadastro Nacional seja vinculado ao CEP, o que vai facilitar a atualização mais célere dos
86 dados do Cadastro. **Programa 6.5 Gestão por projetos através de editais.** Nádia Rocha
87 informou que o CFP apoiou a realização de eventos no ano passado por meio de um edital e
88 na ocasião foram recebidas cento e treze solicitações e, destas, cinquenta e uma não foram



Conselho
Federal de
Psicologia

89 contempladas. Foram lançados dois editais para o ano corrente, em que foram recebidas
90 trinta e oito solicitações e, dessas, sete não foram contemplados. Houve sugestão para que o
91 CFP adote o mesmo modelo de edital de apoio a eventos, para o contexto de pesquisas. O
92 assunto deve ser discutido em plenária. Foi sugerido também que seja publicado
93 mapeamento dos eventos apoiados pelo CFP com os temas abordados, como prestação de
94 contas à categoria. Aparecida Rosângela se colocou à disposição para auxiliar na
95 elaboração de edital para pesquisas. **Agenda da Psicologia e Temas da Sociedade.**
96 **Política 7: Saúde. Programa 7.1 Defesa do Sistema Único de Saúde – SUS. Programa**
97 **7.2 Saúde Suplementar. Programa 7.3 Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas (AD).**
98 **Programa 7.4 Descriminalização do usuário e regulamentação do uso de drogas.**
99 Semiramis Vedovatto informou a composição da Comissão de Saúde, que conta com dez
100 pessoas, estando com duas temporariamente afastadas. Informou que há dificuldades para
101 reuniões presenciais, mas mesmo assim, a Comissão tem realizado representações no CNS
102 – Conselho Nacional de Saúde, enfrentando disputas muito fortes para manter vaga dos
103 Conselhos Profissionais e Sindicatos no segmento dos trabalhadores. Informou também
104 sobre participação no FENTAS – Fórum das Entidades Nacionais de Trabalhadores da Área
105 da Saúde. Lembrou que a Comissão também manteve por certo tempo representação no
106 CONAD – Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas. Destacou que houve alguns
107 estranhamentos no ano anterior em decorrência da participação do CFP na discussão para
108 regulamentação das Comunidades Terapêuticas, já que o CFP não apoia essa estrutura, mas
109 precisou participar do debate como uma estratégia de redução de danos. Informou sobre a
110 representação no Fórum de Medicalização e falou da importância da atuação do CFP no
111 episódio recente das políticas de saúde mental, a partir de movimento contrário ao
112 secretário indicado, que reflete um retrocesso das conquistas da luta antimanicomial. Ela
113 contou sobre os eventos realizados com participação da Comissão de Saúde, assim como a
114 presença na Conferência Nacional de Saúde com ampla distribuição de materiais. Abertos
115 os debates, falou-se da importância de consideração dos temas da saúde de forma integrada
116 com outros assuntos, como educação, por exemplo. Aparecida Rosângela acrescentou
117 informações sobre as tentativas do CFP de desconstrução de grupos hegemônicos nas lutas
118 da saúde mental, de modo que o prêmio de inclusão social contribuiu para essa ação. Foi
119 indicada a necessidade de incluir a pauta das questões de gênero no tema de saúde mental.
120 O projeto deste ano deve contemplar prevenção, humanização, ciclos de vida, idoso e
121 outros. A ideia da Comissão de Saúde é ampliar as discussões. Houve indicação sobre a
122 necessidade de debate conjunto sobre saúde suplementar relativa aos planos de saúde e
123 psicoterapia. Houve críticas sobre o fato de o CFP ter um planejamento estratégico amplo
124 sobre saúde, mas estar muitas vezes se voltado unicamente aos temas de saúde mental e
125 políticas sobre álcool e drogas, assim, foi reiterada a importância de ampliar o horizonte da
126 Comissão para outras questões, incluindo gênero, saúde do trabalhador, entre outros. Foi
127 destacada a necessidade de integração dos debates das Comissões, por isso, foi indicado
128 que todo o plenário e colaboradores e Comissões trabalhem na lógica do Planejamento
129 Estratégico, numa visão macro, e não apenas a partir das discussões limitadas pelos temas
130 das Comissões. Sugeriu-se um colegiado de coordenadores das comissões ou outra
131 estratégia, para a definição de princípios éticos a serem respeitados nos temas de interface
132 entre as comissões, pois a diversidade de opiniões é positiva, mas é difícil administrar os



Conselho
Federal de
Psicologia

133 conflitos decorrentes disso. Foi encaminhado que deve ser institucionalizado um espaço de
134 reunião de coordenadores das Comissões. A primeira reunião deve acontecer antes dos
135 Coreps – Congressos Regionais de Psicologia. Foi dado informe sobre o depoimento
136 especial, de que a OAB – Ordem dos Advogados do Brasil recebeu documento do CFP com
137 críticas sobre o método. A reunião foi produtiva, pois a OAB se mostrou aberta ao diálogo,
138 mas há dificuldades porque o STJ – Superior Tribunal de Justiça é favorável ao depoimento
139 especial. Foi encaminhado que na próxima plenária, na sexta-feira à tarde, haja participação
140 dos coordenadores das Comissões para fazer essa discussão de integração dos temas.
141 **Política 14: Diversidade. Programa 14.3 Direitos das Mulheres.** Madge Porto informou
142 sobre a representação do CFP no CNDM – Conselho Nacional de Direitos das Mulheres e
143 GEA - Grupo de Estudos sobre o Aborto. Contou sobre mesas realizadas em congressos em
144 que abordaram temas como saúde mental e saúde das mulheres, aborto, violência contra as
145 mulheres, entre outros, destacando que as problemáticas são potencializadas para as
146 mulheres negras. Informou sobre o projeto deste ano para trabalhar um vídeo produzido
147 pelo CFP em parceria com o Tribunal de Justiça do DF, Ministério Público e Ministério da
148 Saúde sobre a importância de notificação das violências contra as mulheres; há também
149 proposta de realização de debate online em oito de março sobre o aborto legal e
150 clandestino; há ainda a proposta de uma mesa em um colóquio feminista na UNB –
151 Universidade de Brasília e edição de Ebook sobre o aborto e psicologia. **Programa 14.2**
152 **Direitos das Pessoas com Deficiência.** Foi informado que não houve ações dessa política.
153 Houve um intervalo para o almoço às doze horas e vinte minutos. Às quatorze horas a
154 reunião foi retomada. **Política 8: Assistência Social. Programa 8.1 Defesa da Política**
155 **Pública de Assistência Social. Programa 8.2 Qualificação do trabalho do (a) psicólogo**
156 **(a) no Sistema Único de Assistência Social (SUAS).** Carla Ribeiro apresentou a resolução
157 que cria a Comissão de Psicologia e Assistência Social do CFP - Conpas. Explicou que foi
158 elaborado um projeto da Comissão que já foi apreciado e aprovado pelo Plenário do CFP,
159 que incluiu mesas redondas em eventos da Psicologia, assim como reunião com Conselhos
160 Regionais de Psicologia. Destacou como grande desafio o enfrentamento que a Conpas tem
161 feito ao realizar articulações nacionais sem passar pela APAF. Citou os principais
162 posicionamentos divulgados pela Comissão bem como a participação em oficinas do
163 Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Contou que a Comissão realizou
164 cinco debates online, que contaram com mais de doze mil visualizações; informou que foi
165 desenvolvido o Curso Introdutório ao SUAS no OrientaPsi. Citou as representações no
166 FNTSUAS - Fórum Nacional de Trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social e
167 participação em diversos eventos. Para dois mil e dezesseis, a Conpas planejou um
168 cronograma de atividades de representações e reuniões; e pretende publicar um documento
169 sobre a atuação profissional no SUAS até junho, como referência para a categoria.
170 Esclareceu que há dúvidas sobre o melhor formato de documento, se nota técnica ou
171 resolução. Destacou que a Conpas pretende participar mais ativamente da ABRAPSO –
172 Associação Brasileira de Psicologia Social, com publicações nos encontros regionais.
173 Lembrou que há um Acordo de Cooperação do CFP com o MDS, que terá prosseguimento
174 neste ano. Abertos os debates, Rogério de Oliveira destacou o avanço de se trabalhar com
175 comissões temáticas no CFP, visto que antes todos os assuntos eram tratados em uma única
176 Comissão, a de direitos humanos, não havendo espaço suficiente para a vazão de outros



Conselho
Federal de
Psicologia

177 assuntos. Destacou também a importância de a Conpas publicar uma referência para os
178 profissionais da Assistência Social, visto que isso é solicitado frequentemente ao CFP. Foi
179 encaminhado que o documento sobre a atuação profissional no SUAS tenha um formato de
180 nota técnica, pois se for resolução, a publicação do documento acaba inviabilizada pela
181 APAF. Após publicação da nota técnica, o CFP deverá investir esforços para que ela se
182 transforme em uma resolução. Houve manifestações de preocupação com a clareza sobre o
183 papel dos profissionais da política de assistência social e foi citada a necessidade de
184 realização de discussões interdisciplinares. Foi encaminhado que haja outros segmentos e
185 categorias de análise no projeto da Conpas. Foi encaminhada também a publicação de nota
186 técnica e envio de resolução para APAF, após consulta pública. **Política 9: Segurança,**
187 **Justiça e Promoção de Direitos.** Foi informado que o ponto será tratado em outro
188 momento com a presença de Rodrigo Torres, que faz parte da Comissão responsável pelo
189 tema. **Política 10 Direitos Humanos e Cidadania. Programas 10.1 Comissão de Direitos**
190 **Humanos do CFP. Programas 10.2 Enfrentamento à tortura e todas as formas de**
191 **Violência. Programas 10.3 LGBT/Gênero. Programas 10.4 Laicidade. Programas 10.5**
192 **Populações Específicas e Comunidades Tradicionais.** Marco Aurélio Máximo Prado
193 apresentou um relatório das atividades realizadas pela Comissão em dois mil e quinze,
194 incluindo reuniões externas, eventos e encontro com as Comissões dos Conselhos
195 Regionais de Psicologia. Foram realizados debates online, publicação de depoimentos,
196 participação de reunião do Crepop sobre direitos sexuais e reprodutivos, participação em
197 reunião sobre inspeção nos manicômios judiciários. Informou sobre a importância de
198 inclusão do tema da reparação psíquica nas ações da Comissão. Citou a participação em
199 audiências públicas e adesões e publicações de notas públicas. Para dois mil e dezesseis, a
200 Comissão prevê desenvolver cursos de todos os seus eixos na plataforma do OrientaPsi,
201 mas o formato ainda está em discussão. Explicou que as ações prioritárias darão destaque à
202 transversalidade da abordagem étnico-racial no entrecruzamento das temáticas dos eixos da
203 Comissão, diante da dificuldade de discussão do tema no Sistema Conselhos de Psicologia.
204 Valter da Mata acrescentou que a Comissão tem acompanhado e contribuído com o GT
205 (Grupo de Trabalho) da APAF sobre relações raciais e um dos projetos é realizar concurso
206 de cartazes da campanha sobre a Psicologia nas Relações Raciais. Foi sugerido que se
207 retome o documento do Crepop sobre o tema relações raciais que está parado a cerca de
208 quatro anos. Bárbara Conte prestou informações sobre as ações realizadas dentro do eixo
209 relativo à violência de estado, em especial na perspectiva de promover uma reparação
210 psíquica a partir de depoimentos. Destacou o plano de trabalhar o eixo da violência a partir
211 da origem da violência, da tortura, por meio de curso no OrientaPsi. Houve destaque sobre
212 o avanço do CFP no diálogo com o CFM – Conselho Federal de Medicina sobre a
213 despatologização das identidades trans, de modo que o CFP conseguiu uma vaga
214 permanente no Grupo de Trabalho do CFM sobre a resolução que trata do processo trans. A
215 Comissão informou também sobre o projeto de capacitação interna para elaboração da
216 formação de psicólogos que atuarão na região do Araguaia, Foz do Iguaçu e Heliópolis. Foi
217 informada ainda a proposta para Curso de Educação à Distância em Parceria com
218 Faculdade de São Leopoldo/RS (Escola Superior de Teologia), com enfoque em violência
219 de Estado e racismo. Abertos os debates, foi sugerida a participação do CFP em uma frente
220 pela desmilitarização da Polícia brasileira, que é a grande fonte da violência de Estado.



Conselho
Federal de
Psicologia

221 Luciana Angelo acrescentou que no esporte há muitas ocorrências de racismo e há um GT
222 de APAF sobre Psicologia do Esporte que pretende dialogar mais com a temática dos
223 direitos humanos. Meire Viana informou que na Comissão de Educação há o eixo:
224 diversidade, e está sendo feito um estudo sobre relações raciais dentro da escola, mostrando
225 como há escassez de material sobre esse assunto. Marco Aurélio informou que pela
226 transversalidade, a Comissão de Direitos Humanos tem dialogado com outras Comissões e
227 uma interface importante será feita com a avaliação psicológica a partir da análise de dois
228 testes psicológicos aprovados pelo CFP, sendo um deles o Conrey, cujo autor reconheceu
229 que há questões discriminatórias no instrumento. Foi indicado que a CDH participe de uma
230 reunião da CCAP (Comissão Consultiva em Avaliação Psicológica) para tratar do tema. Foi
231 esclarecido que o 'Programa 10.5: Populações específicas e comunidades tradicionais' não
232 está sendo trabalhado por uma dificuldade de encontrar um psicólogo de referência no
233 tema, mas há uma proposta de realização de debate online sobre comunidade indígena.
234 **Política 12: Psicologia e Cidades. Programa 12.1 Mobilidade Humana e Urbana.**
235 Viviane M. de Azevedo Ribeiro esclareceu primeiro que quando chegou ao CFP, o
236 planejamento desta política já estava pronto. Informou que o ponto de partida do projeto é
237 relacionado à avaliação psicológica e trânsito. A Comissão conta com seis participantes e
238 apoio dos conselheiros Roberto Cruz e Rogério de Oliveira. A Comissão começou a
239 trabalhar em junho de dois mil e quinze, com três eixos prioritários: relação da avaliação
240 psicológica com as políticas públicas de saúde e educação; processo de avaliação
241 psicológica; e formação. Houve destaque para a ação do CFP de incluir o item 'avaliação
242 psicológica para CNH - carteira nacional de habilitação' na tabela referencial de
243 honorários, que teve repercussão positiva, haja vista que existem cerca de vinte mil
244 profissionais no Brasil no campo do trânsito, os quais não se sentiam contemplados nas
245 políticas do CFP. A inclusão do item avaliação psicológica para CDH na tabela referencial
246 de honorários foi a terceira notícia mais curtida nas redes sociais do CFP em dois mil e
247 quinze. A Comissão tem o projeto de concluir uma cartilha e realizar evento presencial de
248 lançamento. Abertos os debates, houve alerta sobre a dificuldade do CFP de realizar
249 eventos presenciais neste ano, em decorrência do CNP - Congresso Nacional de Psicologia
250 e das eleições, de modo que as Comissões deve redimensionar suas ações, quando
251 necessário. Roberto Cruz ressaltou que a Associação de Psicólogos do Trânsito está se
252 estruturando, com cerca de trinta mil associados e pretende realizar evento em abril, assim,
253 é importante que a Comissão do CFP possa consolidar alguma produção no primeiro
254 semestre, pois é um momento histórico para se realizar diálogo com essa parcela da
255 categoria que nunca foi considerada pelo CFP. A Comissão tem também o projeto de lançar
256 um curso no OrientaPsi até abril; e de realizar audiências públicas nos estados, sobre o
257 crescimento dos acidentes de trânsito. Houve questionamento sobre a abordagem do tema
258 mobilidade, haja vista que o item está muito focado em trânsito. Ficou esclarecido que a
259 mobilidade humana tem sido trabalhada pela Comissão do Esporte. Houve relato sobre o
260 imbróglgio relativo ao título de especialista concedido pelo CFP, haja vista que um episódio
261 importante se deu a partir da área do trânsito. Rogério de Oliveira informou que foi criado
262 no passado o Movimento Nacional pela Democratização do Trânsito, que fez uma
263 mobilização e ficou definido na época que aos profissionais da Psicologia - que realizam
264 avaliação psicológica para os Detrans (para a obtenção da CNH) - seria exigido o título de



Conselho
Federal de
Psicologia

265 especialista concedido pelo CFP, diferentemente dos médicos. Assim, essa é uma
266 determinação da Portaria 425/2012 do Contran. Isso criou um problema para o CFP, pois
267 não havia profissionais especialistas suficientes para dar conta da demanda. Houve uma
268 determinação judicial que definiu que o CFP não pode legislar sobre formação, por isso, o
269 CFP não pode mais emitir título de especialista. O atual representante do CFP na Câmara
270 Temática de Saúde e Meio Ambiente do Contran está com o processo que trata sobre esse
271 tema para emissão de parecer, no intuito de solicitar o cancelamento da determinação de
272 exigência de título de especialista para psicólogos (as) peritos (as) dos Detrans. A questão
273 traz grandes problemas, pois há estados em que todos os profissionais se adequaram à
274 norma, de modo que todos têm o título de especialista e pode ser que esse título não seja
275 mais exigido. **Programa 12.2 Emergências e Desastres.** Ionara Rebelo e Eliane Torga não
276 estão presentes, por isso, o tema não foi detalhado. Houve apenas informe de que a
277 Comissão de Direitos Humanos indicou Ionara para compor grupo criado pela Presidência
278 da República, o Comitê de Afetados por Desastres, no caso da barragem de Mariana.
279 **Programa 12.3 Esporte, Cultura e Lazer.** Luciana Ângela informou que há um GT de
280 Apaf sobre o tema, que tem funcionado bem. O GT possui seis integrantes, com
281 representantes do Pará, Maranhão, Santa Catarina, Pernambuco, Goiás e São Paulo. Houve
282 dez reuniões até o momento. Sobre as ações realizadas, destacou que houve emissão de
283 parecer sobre a transmissão da luta MMA (Artes Marciais Mistas) na televisão, para
284 subsidiar o Ministério Público; houve publicação de nota de esclarecimento sobre a copa;
285 houve matéria sobre Psicologia do Esporte no Jornal do Federal; houve estudo de uma
286 pesquisa do Crepop sobre Psicologia do Esporte que gerou uma proposta de realização de
287 uma pesquisa de censo que investigue profissionais da Psicologia do Esporte, de modo que
288 haja um retorno em abril. Citou a participação em mesa no CONPSI, e na Segunda Mostra
289 de Psicologia do Esporte, promovida pelo CRP-06. Citou também participação no
290 Congresso Brasileiro de Psicologia no Esporte, com presença de membro da Comissão
291 Consultiva em Avaliação Psicológica do CFP. Destacou que o CFP foi chamado pelo
292 Comitê Olímpico Brasileiro (Cob) a fazer orientações para psicólogos que têm trabalhado
293 com atletas olímpicos e o representante é Rodrigo Aciobi, conselheiro do Conselho
294 Regional do Rio de Janeiro. Ele tem sido demandado sobre como o psicólogo deve se
295 portar nas abordagens da mídia. Para dois mil e dezesseis, o projeto é a produção de uma
296 cartilha e o desenvolvimento do censo. A Comissão tem trabalhado a questão da
297 mobilidade, a partir do estudo dos direitos do pedestre. Há possibilidade de se pensar em
298 cidades educadoras, com ciclovias, por exemplo, e se pensar em formas de ocupação do
299 espaço público. Destacou a importância de alimentar e monitorar o Orienta-Psi. Citou o
300 projeto de realização de evento norte e nordeste de Psicologia do Esporte com interface
301 com a educação física, como parte do processo do CNP, mostrando que o CFP abriu espaço
302 para a Psicologia do Esporte pela primeira vez. Informou que há a projeto de se discutir a
303 presença da mulher e do transexual no esporte. Abertos os debates, após Luciana Ângelo
304 relatar a problemática de psicólogos que têm apenas assinado documento como
305 responsáveis técnicos por clubes, mas não têm se responsabilizado pelos trabalhos, foi
306 sugerida a possibilidade de indicação de responsabilidade técnica por meio de selo online
307 mesmo para profissionais de instituições públicas. **Política 13: Mídia e Comunicações.**
308 **Programa 13.1 Democratização dos meios de comunicação.** Rogério de Oliveira



309 informou sobre a representação do CFP no Fórum de Democratização da Comunicação.
 310 Informou que foi realizado congresso sobre direito à comunicação em Belo Horizonte, com
 311 grande participação. Lembrou da participação no Comitê no Ministério da Justiça a respeito
 312 da publicidade infantil, com o objetivo de evitar o incentivo ao consumo. Os principais
 313 atores são o Conanda, o CFP e o Instituto Alana. **Política 15: Trabalho e Organizações.**
 314 **Programa 15.1 Relações da Psicologia com o Campo do Trabalho e das Organizações.**
 315 Foi esclarecido que Eliandro Araújo é o conselheiro responsável pelo tema e não pôde estar
 316 presente. Assim, Graça Jacques apenas informou que houve participação em eventos e um
 317 curso para o Orientapsi, o que poderia ser detalhado em outro momento. **Política 16:**
 318 **Programa 16.3 Intercâmbio com Entidades Internacionais da Psicologia.** João Baptista
 319 informou que o CFP foi destituído da Ulapsi Brasil, sendo substituído por outra instituição,
 320 a ANPEPP, pela suposta falta de interesse do CFP. Ele informou que houve um comunicado
 321 sobre essa decisão da Ulapsi em reunião, entretanto, não foi apresentada nem a convocação,
 322 nem a ata da reunião. Após a atualização de todo o Planejamento Estratégico, os presentes
 323 avaliaram o encontro de forma positiva e, às dezoito horas, a Presidente do CFP, Mariza
 324 Monteiro Borges, agradeceu pela presença de todos e encerrou a reunião. Esta ata foi
 325 redigida por Fabíola Borges Corrêa, revisada e corrigida por mim, Maria da Graça Corrêa
 326 Jacques, que a assino com os demais presentes acima nomeados e referenciados.

327

Maria da Graça Corrêa Jacques

Mariza Mont. Borg

[Signature]

[Signature]

[Signature]

[Signature]

[Signature]

Maria L. Masell

[Signature]

[Signature]

[Signature]

[Signature]